

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.295 - RS (2020/0018364-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : LORENA SANTOS FAGUNDES AMARAL - RS081347
GABRIEL DOS REIS PEÑA - RS094345
MONICA DE SOUZA BARBOSA - RS102144
MARJORY SANTOS DA SILVA PINTO - RS114650B
AGRAVADO : ANA RITA DA SILVA REBELO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OMISSÃO OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL INEXISTÊNCIA PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO.

Quanto à primeira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, alega violação e divergência jurisprudencial quanto à aplicação dos arts. 3º e 6º, § 1º, da Lei n. 6.830/80, no que concerne à impossibilidade de o Juízo exigir, em sede de execução fiscal, documentação não prevista em lei e à presunção de certeza e liquidez do débito inscrito em dívida ativa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nos termos do artigo 6º, §1º, da LEF, a petição inicial deve somente ser instruída com a Certidão de Dívida Ativa, sendo que esta goza de presunção de certeza e liquidez (art. 3º da LEF). Não pode, portanto, o MM. Juízo exigir documentação não prevista em lei, atacando frontalmente a presunção legal.

Consabido, o judiciário somente pode reconhecer ex officio as matérias de ordem pública, sendo que os demais casos somente podem ser alegados pela defesa, sob pena de ferir o princípio da inércia e a própria impessoalidade do Juízo. Sendo assim, a decisão do juízo a quo, que extinguiu a ação por considerar que não houve comprovação do envio da notificação, merece reforma (fl. 147).

Conforme ratificado no REsp 1.239.257/PR, existe presunção de certeza e liquidez no débito devidamente inscrito em dívida ativa,

mostrando-se suficiente que o título executivo indique o número do aludido processo, competindo ao executado o ônus de ilidi-la (fl. 148).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial para fundamentar a tese de que o lançamento de ofício se aperfeiçoa com a notificação do contribuinte para efetuar o pagamento do tributo, sendo suficiente a remessa do boleto ou carnê de cobrança.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

No caso concreto, adoto, como razões de decidir, a fundamentação da sentença, visto que, de acordo com a jurisprudência da Turma:

[...]

A parte exequente, devidamente intimada para comprovar o regular lançamento dos créditos referidos nos títulos executivos que aparelham a presente execução, limitou-se a apresentar petição alegando a presunção de liquidez e certeza da CDA, deixando de dar cumprimento à decisão.

No presente caso, o único comprovante de notificação da parte executada é o edital anexado no Evento 1. Analisando tal documento verifico que ele diz respeito à notificação de inscrição em dívida ativa, não sendo a notificação do lançamento do crédito tributário. Mesmo que fosse a notificação do lançamento, tal edital é formulado de maneira genérica para vários executados, não contendo o motivo da cobrança e o valor do débito exigido.

Assim, à míngua de comprovação da regularidade da constituição dos créditos tributários, tenho que estes são nulos, o que afeta a higidez dos títulos que embasam a presente execução fiscal, nos termos que passo a expor.

Da comprovação da constituição regular do crédito:

Primeiramente, não desconheço a recente divergência de entendimento entre a Primeira e a Segunda Turmas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto à possibilidade de o juízo, ex officio, determinar a demonstração, por parte do exequente, do cumprimento dos requisitos legais quando do lançamento do tributo (exemplificativamente: Agravo de Instrumento Nº 5023723-81.2018.4.04.0000/RS e Agravo de Instrumento Nº 5023997-45.2018.4.04.0000/RS).

Quanto ao ponto, entendo que o CPC atribuiu tal poder ao magistrado. Isso porque, nos termos do parágrafo único do artigo 803 do CPC, os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação referida no título podem ser verificados de ofício pelo juízo. E, no caso, com a intimação da exequente para trazer aos autos o comprovante de notificação, o que se busca é exatamente verificar se o crédito tributário foi constituído regularmente, atribuindo à obrigação tributária aquelas características.

Por oportuno, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite tal controle de ofício:

[...]

Em sendo assim, embora o exequente não esteja obrigado a instruir a petição inicial executiva com a notificação, visto que a Lei 6.830/1980 não

a estabelece como requisito, cabe ao exequente demonstrar, uma vez instado pelo juízo, o cumprimento das formalidades para constituição do crédito tributário.

Dos requisitos para a constituição do crédito tributário: notificação do lançamento

As anuidades devidas aos Conselhos Profissionais são tributos (contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – artigo 149, CF), devendo ser objeto de lançamento de ofício. Para este ter eficácia, é obrigatória a correta notificação do sujeito passivo para pagar ou defender-se administrativamente. Caso não haja a notificação regular, a inscrição em dívida ativa é nula.

[...]

Ademais, para o caso específico destas contribuições dos conselhos de fiscalização profissional, é assente na jurisprudência que o lançamento e a notificação podem ser feitos de forma simplificada com a remessa do carnê através dos Correios. Entretanto, o conteúdo do documento enviado (carnê ou boleto de cobrança) deve, obrigatoriamente, conter as informações necessárias para que o sujeito passivo possa realizar o referido pagamento ou interpor a impugnação administrativa.

[...]

As comprovações do conteúdo da notificação e do seu envio devem ser feitas pelo Conselho, pois a prova de que o carnê/boleto bancário não foi enviado é impossível ao executado, haja vista que somente o remetente tem como anexar o aviso de recebimento/AR fornecido pelos Correios e a notificação (fls. 115/120).

Aplicável, portanto, quanto às alíneas "a" e "c", o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha

Superior Tribunal de Justiça

Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, incide novamente o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente